

CPRT

COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS



RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 7 – Número 0378 – 21/10 à 25/10/2024

SUMÁRIO

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *e-Social*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[Prestação de serviço deve ser discutida na Justiça comum antes da Trabalhista](#)

Consultor Jurídico - 25/10/2024

As causas que discutem a regularidade do contrato civil ou comercial devem ser apreciadas inicialmente pela Justiça comum. Apenas se for verificada a nulidade do negócio jurídico caberá a remessa dos autos à Justiça do Trabalho, para apurar eventuais direitos trabalhistas.

Com esse entendimento, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal de Federal, julgou procedente uma reclamação constitucional para derrubar uma decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Grande São Paulo e litoral paulista).

O caso trata de reclamação trabalhista ajuizada por um prestador de serviço contra uma rede de televisão, buscando o reconhecimento de vínculo empregatício no período entre 2010 e 2020. A demanda foi julgada procedente.

Para o ministro Gilmar, porém, antes da discussão acerca da existência de direitos trabalhistas, é necessária a análise da regularidade do contrato civil de prestação de serviços, o que cabe à Justiça comum.

Essa posição vem sendo aplicada pelas turmas do Supremo, como mostrou a revista eletrônica Consultor Jurídico.

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[STF fará audiência pública para discutir vínculo empregatício entre motoristas e plataformas digitais](#)

Supremo Tribunal Federal - 24/10/2024

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, convocou para 9 de dezembro uma audiência pública para discutir a possibilidade ou não do reconhecimento de vínculo de emprego entre motoristas de aplicativo de transporte e a plataforma digital intermediadora. Pessoas e entidades interessadas em expor suas posições sobre o tema devem se inscrever até 21 de novembro.

[STF decidirá se contribuição previdenciária em atraso pode ser contabilizada para tempo mínimo de aposentadoria](#)

Supremo Tribunal Federal - 21/10/2024

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidirá se a contribuição previdenciária em atraso e paga após a Reforma da Previdência de 2019 pode ser utilizada para fins de contabilização da regra de transição para aposentadoria por tempo mínimo de contribuição. A discussão teve repercussão geral reconhecida (Tema 1329) pelo Plenário Virtual do STF, e a decisão a ser tomada pela Corte deverá ser seguida pelos demais tribunais do país. Ainda não há data para o julgamento do mérito.

[Tribunal não terá expediente em 31 de outubro e 1º de novembro](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 25/10/2024

O Tribunal Superior do Trabalho não terá expediente nos dias 31/10 (quinta-feira) e na 1º/11 (sexta-feira).

[Distribuidora terá de desbloquear CPF de motorista de carga para que ele possa trabalhar](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 25/10/2024

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o exame de um recurso da Petrobras Distribuidora S. A. (BR Distribuidora) contra a ordem de desbloqueio do CPF de um motorista no sistema de gestão de dados de empregados terceirizados da Petrobras. Segundo o relator, ministro Alberto Balazeiro, o empregador não pode dispor dos dados pessoais do trabalhador sem a sua autorização e para finalidade diversa daquela para a qual foram fornecidos.

[TST decide que irmão de engenheira vítima em Brumadinho receberá indenização sem precisar provar vínculo afetivo](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 24/10/2024

A Subseção I em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho decidiu, nesta quinta-feira (24), que o irmão de uma engenheira da Vale S.A. que morreu aos 30 anos de idade no rompimento da barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), tem direito a indenização por dano moral reflexo, também chamado de dano em ricochete. Por maioria de votos, os ministros entenderam que o laço afetivo entre irmãos é presumido, ou seja, não é necessário apresentar provas do sofrimento causado pela perda.

[Sindicato não pode representar herdeiros de trabalhadores que morreram de covid-19](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 24/10/2024

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve a ilegitimidade do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados de Campo Grande (MS) - STIC-CG - para representar, em processo judicial, herdeiros e sucessores de empregados da JBS S.A. que morreram em razão da covid-19. De acordo com o colegiado, essas pessoas não são integrantes da categoria profissional defendida pelo sindicato e, portanto, não podem ser representadas por ele no processo.

[Técnica de farmácia pode rescindir contrato por receber menos que colegas](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 24/10/2024

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu a rescisão indireta de contrato de trabalho de uma técnica de farmácia da Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda. que ganhava menos que colegas com a mesma função. Para o colegiado, a falta de isonomia é grave o suficiente para levar ao rompimento do vínculo por culpa do empregador, que terá de pagar, além das diferenças salariais, as verbas rescisórias devidas na dispensa imotivada.

[Retratação de testemunha não muda justa causa por fraude em atestados](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 23/10/2024

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou recurso de um vigilante que pretendia anular uma decisão com a alegação de que a manutenção de sua justa causa se baseou no depoimento de uma dentista que, depois, se retratou do que disse. Segundo o colegiado, essa não foi a única prova do ato de improbidade do empregado.

[Acordo que limita auxílio-creche a pais com guarda exclusiva de crianças é válido](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 23/10/2024

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho acolheu recurso da Companhia Paranaense de Energia (Copel) para manter norma coletiva que restringia a concessão do auxílio-creche, no caso de homens, a pais com guarda exclusiva dos filhos. Segundo o colegiado, o objetivo da norma é legítimo, diante das dificuldades dos empregados que têm jornada integral e, ainda, a responsabilidade pela criação dos filhos.

[Em reunião com TRTs, presidente do TST trata de uniformização de jurisprudência e celeridade processual](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 22/10/2024

Uniformização da jurisprudência, eficiência e celeridade nos julgamentos e fortalecimento da Justiça do Trabalho. Esses foram os temas prioritários da nova direção do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

(CSJT) no primeiro encontro com presidentes, corregedores e corregedoras dos Tribunais Regionais do Trabalho.

[Pediatra contratada como CLT e PJ ao mesmo tempo vai integrar notas fiscais ao salário](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 22/10/2024

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou examinar recurso de uma empresa de saúde de Curitiba (PR) contra decisão que julgou inválido o contrato de prestação de serviços como pessoa jurídica firmado com uma médica pediatra que também era empregada do estabelecimento. Com isso, os valores pagos por meio de notas fiscais serão integrados ao salário. Segundo o colegiado, ficou evidente a atuação da empregadora para fraudar a legislação trabalhista.

[Empresa de ônibus não precisa calcular cota de PCD incluindo empregados em auxílio-doença](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 22/10/2024

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou recurso da União (PGU) contra a anulação de multa aplicada à Transportes Coletivos Trevo S.A., de Porto Alegre (RS), pelo suposto descumprimento da cota destinada às pessoas reabilitadas ou com deficiência. A fiscalização havia considerado, na base de cálculo, a quantidade de profissionais com contratos suspensos em razão de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e auxílio-doença acidentário. Mas, segundo o colegiado, a contagem deve considerar apenas os empregados na ativa.

[Cuidadora não consegue responsabilizar filho de idosa por débitos trabalhistas](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 21/10/2024

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que o filho de uma idosa não tem responsabilidade pelo contrato de emprego firmado por sua irmã com uma cuidadora para acompanhar a mãe, que estava acamada. De acordo com o colegiado, não houve fraude ou sucessão entre empregadores para justificar a responsabilização do homem, que não estava registrado como empregador nem dirigia os serviços da profissional.

[Consulado é responsável por incapacidade de empregado após acidentes](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 21/10/2024

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o exame do recurso do Consulado-Geral dos Emirados Árabes Unidos em São Paulo (SP) contra decisão que reconheceu sua responsabilidade pelo agravamento de doença degenerativa de um trabalhador. Ficou constatado, nas instâncias anteriores, que as atividades executadas por ele tinham risco ergonômico e contribuíram para o agravamento de lesão na coluna lombar.

Notícias do Executivo

[Governo Federal não vai custear seguro-desemprego com multa do FGTS](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 23/10/2024

Informações falsas estão sendo divulgadas acerca de mudanças na multa em caso de demissão sem justa causa e no seguro-desemprego. Ambos são direitos que os trabalhadores possuem nos casos de demissões sem justa causa e são instrumentos de proteção social com previsão legal e constitucional. Portanto, as informações são infundadas e apresentam concepções equivocadas acerca da função social desses direitos, bem como das repercussões econômicas e inviabilidades inerentes a tal proposta que jamais esteve na pauta do governo federal.

[MTE autua 64 empresas em Votorantim \(SP\) por contratações irregulares de aprendizes](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 21/10/2024

A Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego autuou, na última sexta-feira (18), 64 empresas na cidade de Votorantim, no interior de São Paulo, durante uma ação de combate a irregularidades na contratação de estagiários e aprendizes. As empresas contratavam jovens para atividades como limpeza, açougueiro e operador de caixa, funções incompatíveis com o estágio. Nos últimos meses, a fiscalização notificou mais de 300 empregadores na região de Sorocaba por irregularidades envolvendo estudantes do ensino fundamental e médio.

[Fundacentro realiza curso de Introdução à Higiene Ocupacional](#)

Fundacentro - 22/10/2024

Na próxima semana, de 29 a 31 de outubro, das 14h às 18h, a Fundacentro realizará o curso de Introdução à Higiene Ocupacional, a ser realizado no auditório da rua Capote Valente, 710 – Pinheiros – São Paulo – SP. O curso coordenado pelo diretor de Conhecimento e Tecnologia, Remígio Todeschini, e por Cleiton Faria Lima, coordenador de projetos da DCT, destina-se a técnicos e engenheiros de segurança do trabalho, médicos do trabalho e demais profissionais interessados na área. Os participantes terão a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos sobre os riscos químicos, biológicos e físicos presentes em diversos setores, fundamentais para a promoção de ambientes de trabalho mais seguros e saudáveis.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT e MTE interditam dragas após constatar risco de vida a trabalhadores](#)

Ministério Público do Trabalho - 25/10/2024

O Ministério Público do Trabalho e o Ministério do Trabalho e Emprego interditaram dragas de sucção localizadas nos municípios de Luzilândia e Joca Marques. A interdição acontece após uma fiscalização em que foram encontradas diversas irregularidades relacionadas à saúde e segurança que estavam colocando em risco a vida dos trabalhadores. A fiscalização contou ainda com o apoio da Marinha do Brasil.

[MPT-PI reúne instituições e categoriais profissionais para debater fraudes nas relações de trabalho na saúde](#)

Ministério Público do Trabalho - 25/10/2024

O Ministério Público do Trabalho no Piauí (MPT-PI) reuniu instituições e representantes de sindicatos, conselhos de classe, cooperativas, empresários e trabalhadores da saúde para discutir as fraudes nas relações de trabalho na saúde. A audiência pública foi realizada nesta sexta-feira (25), no auditório da Procuradoria Regional do Trabalho da 22ª Região e foi transmitido de forma virtual pela plataforma Teams.

[TST decide que função de vigilante deve ser considerada na base de cálculo da cota de aprendizagem](#)

Ministério Público do Trabalho - 22/10/2024

Em uma decisão unânime, os Ministros da Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) estabeleceram novas diretrizes sobre a base de cálculo para a apura-

ção da cota de aprendizagem e sobre a responsabilização por danos morais coletivos.

[Outubro Rosa: em palestra no MPT-SE, médica alerta para importância da prevenção](#)

Ministério Público do Trabalho - 23/10/2024

O mês de outubro é marcado pela campanha de prevenção do câncer de mama. Dados do Instituto Nacional de Câncer (INCA) mostram que, até 2025, mais de 73 mil novos casos de câncer de mama sejam registrados no Brasil. Com o objetivo de discutir o assunto e tirar dúvidas, o Ministério Público do Trabalho em Sergipe (MPT-SE) reuniu o público interno para uma manhã de conscientização nesta quarta-feira (23), no auditório do MPT-SE, em Aracaju.

Outras Notícias

[Ministro do TST derruba vínculo de emprego ao reafirmar legalidade de 'pejotização'](#)

Consultor Jurídico - 27/10/2024

O Tribunal Superior do Trabalho reformou um acórdão que reconhecia a existência de vínculo empregatício de um profissional com uma empresa pela qual foi contratado para prestação de serviços de organização de eventos. As decisões de primeira e segunda instância haviam entendido que o profissional não atuava de forma autônoma na prestação dos serviços, mas de modo subordinado aos gerentes da empresa, tendo que cumprir jornada de trabalho.

[TRT-9 mantém justa causa de homem demitido por assédio sexual](#)

Consultor Jurídico - 27/10/2024

A 4ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR) indeferiu o pedido de reversão de justa causa a um trabalhador demitido por praticar assédio sexual contra uma colega, dentro e fora do ambiente de trabalho. A conduta foi comprovada por testemunhas. A empresa, instalada em Campo Largo (PR), atua na distribuição de materiais de construção, e havia demitido o funcionário pelo comportamento agressivo.

[Inclusão de pessoas com TEA no mercado de trabalho: desafios e oportunidades para empresas](#)

Consultor Jurídico - 26/10/2024

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) afirma que é dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência o direito ao trabalho, dentre outros. No caso das pessoas com deficiência, onde incluem-se pessoas com

Transtorno do Espectro Autista, este direito fundamental apresenta seus desafios, devendo ocorrer em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades.

[Laudo genérico afasta possibilidade de adicional de insalubridade para enfermeira](#)

Consultor Jurídico - 26/10/2024

A 14ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP) reverteu decisão do primeiro grau e afastou, por maioria, a condenação de uma instituição hospitalar ao pagamento de diferenças no adicional de insalubridade de auxiliar de enfermagem.

[Omitir gravidez durante período de estabilidade é abuso de direito, define TRT-3](#)

Consultor Jurídico - 26/10/2024

Uma ajudante de produção de uma agroindústria ficou grávida durante o contrato de experiência, mas não comunicou o fato à empregadora. O contrato foi encerrado antecipadamente em 23 de junho de 2023 e, cerca de nove meses depois, a trabalhadora ajuizou uma ação trabalhista pedindo a indenização substitutiva da estabilidade provisória da gestante.

[TRT-2 valida incorporação de descanso semanal remunerado na folha de funcionário horista](#)

Consultor Jurídico - 25/10/2024

A 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP) confirmou sentença que considerou válida a incorporação de descanso semanal remunerado (DSR) na folha de pagamento de trabalhador de montadora de veículos. O empregado alegou que recebia o salário como horista, sem a discriminação do DSR em seu holerite, mas a empresa comprovou que atuava de acordo com cláusula convencionada e que as verbas eram devidamente pagas.

[Argumento da hipersuficiência do trabalhador para admitir pejetização](#)

Consultor Jurídico - 23/10/2024

Temos assistido, reiteradamente, a manifestações de divergência e uma consequente resistência do Judiciário trabalhista à nova realidade imposta pelo Supremo Tribu-

nal Federal no tocante às decisões que vêm ampliando a terceirização e sua licitude em toda atividade, meio ou fim.

[Interpretação do STF no Tema 725 e ADPF 324 e inconstitucionalidade do art. 2 e 3 da CLT](#)

Consultor Jurídico - 16/10/2024

Há pelo menos dois anos vem sendo travada uma verdadeira guerra fria entre o Supremo Tribunal Federal e a Justiça do Trabalho em relação ao entendimento consolidado no Tema 725 e na ADPF 324, especialmente, no que se refere à contratação de pessoas jurídicas ou à existência de contrato de prestação de serviços entre pessoas jurídicas.

[Alojamento para trabalhadores: solução que exige atenção das empresas](#)

Consultor Jurídico - 23/10/2024

Em um país com dimensões continentais, não é incomum que o trabalho ocorra em locais afastados da residência habitual, especialmente na construção civil e agricultura. Muitos empregadores, em razão de seu ramo de negócios e localização, não conseguem mão de obra necessária para suprir suas demandas, tendo que buscar trabalhadores em regiões distantes, ofertando moradia.

[Ajudante que carregava caminhão de verduras tem relação de trabalho reconhecida](#)

Consultor Jurídico - 23/10/2024

A Justiça do Trabalho reconheceu a relação de emprego entre dois produtores da zona rural de Cordisburgo (MG) e um motorista que transportava a produção de verdura da propriedade. A decisão é dos integrantes da 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG), que, em sessão ordinária feita no dia 2 de julho de 2024, mantiveram a sentença proferida pelo juízo da 1ª Vara do Trabalho de Sete Lagoas.

[Trabalhador tem jornada reduzida para cuidar da saúde da mulher](#)

Consultor Jurídico - 22/10/2024

A juíza Layse Gonçalves Lajtman Malafaia, da 65ª Vara do Trabalho de São Paulo, determinou que a jornada de trabalho de um operador de triagem seja reduzida pela metade, sem desconto na remuneração, para que ele possa acompanhar a mulher em tratamento médico. A cónyuge, que tem doença em estágio terminal, necessita de hemodiálise três vezes na semana, das 6h às 10h.

[TST fixa índices de correção dos débitos trabalhistas na fase pré-judicial e depois da citação](#)

Consultor Jurídico - 21/10/2024

A Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que, para fins de correção dos débitos trabalhistas, incidem o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) na fase pré-judicial e a taxa do Sistema Especial de Liquidação de Custódia (Selic) ou o IPCA depois da citação.

[TRT-18 reverte demissão induzida de venezuelano com deficiência auditiva](#)

Migalhas - 26/10/2024

O TRT da 18ª região reclassificou o pedido de demissão de um trabalhador venezuelano com deficiência auditiva como dispensa sem justa causa. A 2ª turma concluiu que houve vício de consentimento, pois o trabalhador, por ser estrangeiro e ter dificuldades com a língua portuguesa, foi induzido a assinar uma carta de demissão sem compreender seu conteúdo.

[Norma do CNJ sobre acordos não restringe atuação trabalhista, diz advogada](#)

Migalhas - 24/10/2024

Com o objetivo de combater o alto volume de processos na Justiça do Trabalho e incentivar soluções consensuais, o CNJ [aprovou](#) a [resolução 586/24](#), que uniformiza os critérios para acordos trabalhistas. A regulamentação busca reduzir a litigiosidade que tem caracterizado o cenário trabalhista brasileiro nos últimos anos, com aproximadamente 5,4 milhões de processos pendentes em 2023, segundo o relatório “Justiça em Números”, do próprio CNJ.

[Grávida chamada de “preta burra” receberá R\\$ 60 mil de ex-empregadora](#)

Migalhas - 24/10/2024

Operadora de caixa, que enfrentava assédio por ser negra e estar grávida, receberá R\$ 60 mil por danos morais e pela rescisão indireta do contrato de trabalho, além de indenização pela estabilidade gestacional. A decisão foi proferida pela 3ª turma do TRT da 4ª região, após concluir que os atos configuram racismo e sexismo.

[STF: 2ª turma afasta vínculo entre advogada e escritório de advocacia](#)

Migalhas - 23/10/2024

Por maioria, 2ª turma do STF anulou reconhecimento de vínculo empregatício entre advogada e escritório de advocacia. Prevaleceu voto divergente do ministro Gilmar Mendes, seguido pelos ministros Dias Toffoli, Nunes Marques e André Mendonça, que consideraram a Justiça do Trabalho incompetente para julgar contratos de prestação de serviços, determinando que o caso seja analisado pela Justiça Comum. O relator, ministro Edson Fachin, foi voto vencido, defendendo o reconhecimento do vínculo de emprego.

[CNJ aprova ato normativo para combater litigância predatória no Judiciário](#)

Migalhas - 23/10/2024

O CNJ aprovou, nesta terça-feira, 22, durante sessão plenária, ato normativo que estabelece medidas para a identificação, tratamento e prevenção da litigância predatória no Judiciário. A recomendação, apresentada pelo presidente do CNJ, ministro Luís Roberto Barroso, e pelo corregedor nacional de Justiça, ministro Mauro Campbell Marques, visa coibir o uso indevido do direito de acesso ao Judiciário, que tem gerado aumento de custos processuais e sobrecarga nas unidades judiciárias.

[Moraes critica trabalhadores que concordam com PJ e depois ajuízam ação](#)

Migalhas - 22/10/2024

Nesta terça-feira, 22, durante sessão da 1ª turma do STF, ministro Alexandre de Moraes criticou trabalhadores que aceitam termos de pejetização e depois recorrem à

Justiça do Trabalho requerendo enquadramento celetista.

[Técnico assediado sexualmente por enfermeiro será indenizado em R\\$ 10 mil](#)

Migalhas - 21/10/2024

Técnico de enfermagem, vítima de assédio sexual por parte de um enfermeiro na unidade onde trabalhava, deve ser indenizado em R\$ 10 mil por danos morais, após ser demitido de forma discriminatória ao denunciar os abusos aos seus superiores.

[Projeto de Lei do RJ proíbe incentivos fiscais para empresas que causem riscos à SST](#)

Revista Proteção - 24/10/2024

As empresas cujas atividades podem causar danos à saúde e à segurança dos trabalhadores e que não tenham programa de prevenção de acidentes não poderão receber incentivos fiscais do Governo do Estado. A determinação consta no Projeto de Lei 1.272/12, de autoria do deputado Samuel Malafaia (PL), que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) vota, em segunda discussão, nesta quinta-feira (24/10). Caso receba emendas parlamentares, o texto sairá de pauta.

[Ansiedade já é a terceira causa que mais afasta o brasileiro do trabalho em 2024](#)

Revista Proteção - 22/10/2024

A ansiedade já é a terceira causa que mais afasta o brasileiro do trabalho. Segundo levantamento do Ministério da Previdência Social, de outubro de 2023 a setembro de 2024, o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) concedeu 128.905 benefícios por incapacidade, antigo auxílio-doença, por “outros transtornos ansiosos”. Essa denominação inclui, por exemplo, ansiedade generalizada e transtorno de pânico. A doença ficou atrás apenas de dor nas costas (dorsalgia), com 185.843 requerimentos concedidos, e de outros transtornos de discos intervertebrais, com 150.066.

[TST começa a julgar acordo que prevê extensão de jornada para atividades insalubres](#)

Revista Proteção - 22/10/2024

A Seção de Dissídios Coletivos (SDC) do Tribunal Superior do Trabalho (TST) começou

a julgar na segunda-feira (21/10) a possibilidade de se negociar em acordo coletivo a prorrogação de jornada de trabalho para atividades insalubres, sem que exista autorização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Por enquanto, existem dois votos admitindo a possibilidade de negociação, desde que exista laudo médico que permita.

[Resolução da OIT sobre Trabalho Decente e Economia de Cuidados avança](#)

Organização Internacional do Trabalho - 23/10/2024

A Organização Internacional do Trabalho realizou um debate de alto nível para explorar maneiras de implementar a [Resolução sobre Trabalho Decente e Economia de Cuidados](#), antes do Dia Internacional do Cuidado e Apoio, em 29 de outubro. A resolução histórica, adotada na Conferência Internacional do Trabalho (CIT) em junho passado, fornece uma definição para a economia de cuidados, bem como princípios orientadores para promover o trabalho decente na economia de cuidados.

[ABC e OIT lançam vídeo sobre os 10 anos da Iniciativa Regional América Latina e Caribe Livre de Trabalho Infantil](#)

Organização Internacional do Trabalho - 21/10/2024

O trabalho infantil ainda é uma triste realidade que afeta milhões de crianças e adolescentes em diversos países. Na América Latina e no Caribe, dados da OIT e do UNICEF, 8,2 milhões de meninas, meninos e jovens estão em situação de trabalho infantil, sendo 5,5 milhões envolvidos em atividades perigosas. Para mudar esse cenário, 31 países, organizações de empregadores e de trabalhadores, e a OIT uniram forças com um objetivo em comum: erradicar o trabalho infantil e garantir os direitos das crianças e adolescentes na região.

[Incidente e acidente do trabalho. Qual a diferença?](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 22/10/2024

Incidente e acidente do trabalho são ocorrências distintas e conhecer a diferença de um para o outro ajuda a gestão da segurança no planejamento de medidas preventivas no local de trabalho. Os acidentes de trabalho são eventos indesejados e não planejados que causam danos materiais ou às pessoas.

Atos Normativos

[INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.230, DE 18 DE OUTUBRO DE 2024](#) (DOU de 21/10/2024 Seção I Pág. 106) - Altera a Instrução Normativa RFB nº 2.198, de 17 de junho de 2024, que dispõe sobre a apresentação da Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária – Dirbi;

[PORTARIA DIRBEN/INSS Nº 1.231, DE 15 DE OUTUBRO DE 2024](#) (DOU de 22/10/2024 Seção I Pág. 92) - Altera a Portaria DIRBEN/INSS nº 1.056, de 20 de setembro de 2022, que estabelece diretrizes e procedimentos para os processos de Supervisão Técnica em Benefícios e Revisões Administrativas e de Ofício no âmbito da Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o cidadão – Dirben;

[PORTARIA CONJUNTA DIRBEN/DTI/INSS Nº 105, DE 22 DE OUTUBRO DE 2024](#) (DOU de 24/10/2024 Seção I Pág. 81) - Dispõe sobre o serviço “Atualização de Dados por Divergência Cadastral” - código 17875 - no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;

[RESOLUÇÃO Nº 758, DE 29 DE AGOSTO DE 2024](#) (DOU de 24/10/2024 Seção I Pág. 85) - Altera dispositivos relativos à data de realização das etapas da 5ª Conferência Nacional de Saúde dos Trabalhadores e das Trabalhadoras;

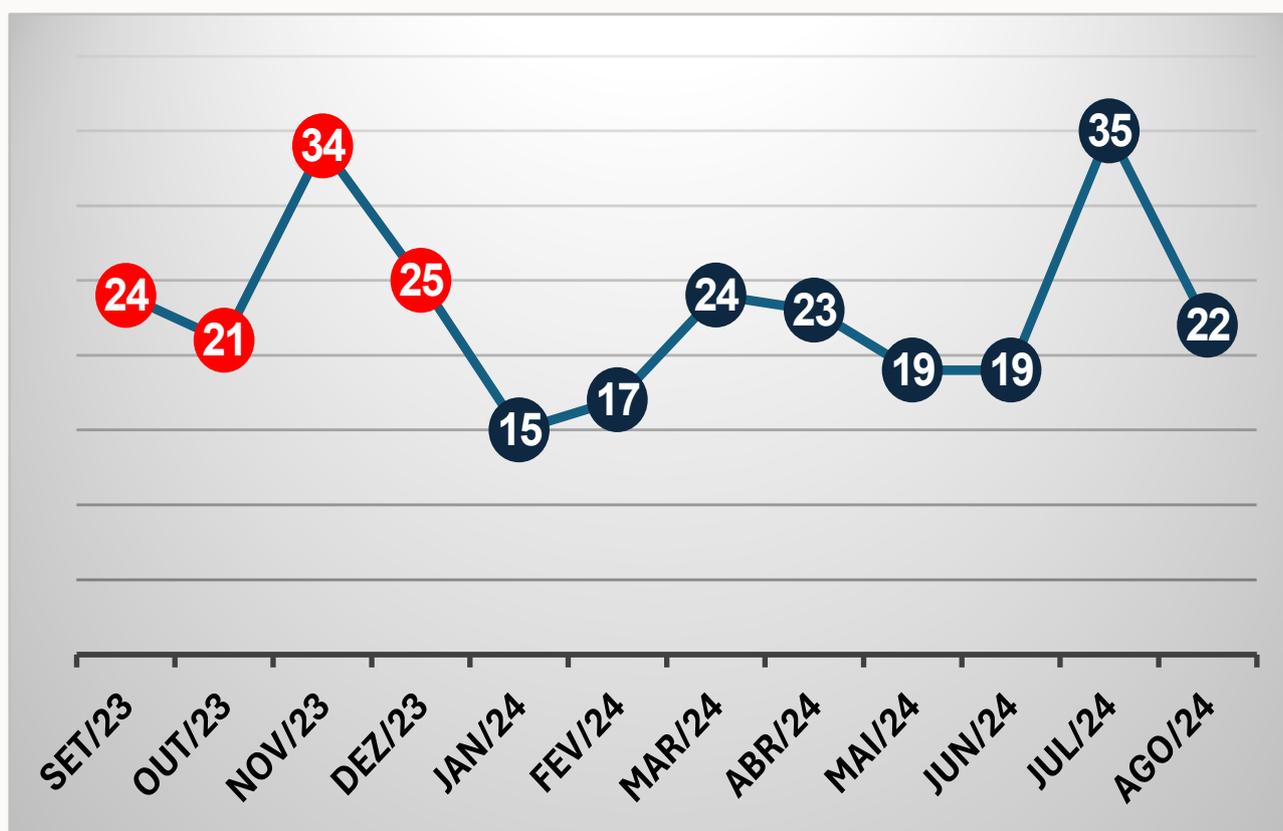
[RESOLUÇÃO Nº 759, DE 12 DE SETEMBRO DE 2024](#) (DOU de 24/10/2024 Seção I Pág. 85) - Dispõe sobre a recriação do Grupo de Trabalho sobre investigação de óbitos relacionados ao trabalho e outras providências correlatas;

[PORTARIA MTE Nº 1.794, DE 24 DE OUTUBRO DE 2024](#) (DOU de 25/10/2024 Seção I Pág. 173) - Altera o Anexo II da Norma Regulamentadora nº 28 - Fiscalização e Penalidades para dar nova redação aos códigos de ementas da NR-22 e de seus anexos

RADAR
 TRABALHISTA

Dados estatísticos de Fiscalização

Quantidade de Autos de Infração lavrados por descumprimento da Norma Regulamentadora n.º 06 (NR 06) durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) nos últimos doze meses:



Fonte: Radar SIT / Autuações

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Renato de Sousa Correia

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin

Vice-Presidente da CPRT

Gabriela Serafim

Gestora de Projetos da CPRT

Queiroz Neto Advogados

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula